

06

**NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL SEM ENFRENTAR
O RACISMO**



NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SEM ENFRENTAR O RACISMO

JUNHO 2025

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

Sueli Carneiro

ELABORAÇÃO DE TEXTO E TRADUÇÃO:

Kátia Mello

REVISÃO TÉCNICA:

Iradj Eghrari

DIAGRAMADOR E DESIGNER: SENDIGITAL

Antônio Carlos “KK” Santos Filho

NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SEM ENFRENTAR O RACISMO

G316

Não há desenvolvimento sustentável sem enfrentar o racismo / coordenação: Sueli Carneiro. - São Paulo : Geledés, 2026.

30 p. -- (Coleção Geledés no Sistema Internacional; v.6)

ISBN: 978-85-62750-53-3

1. Injustiça racial. 2. Racismo ambiental. 3. Desigualdade socioeconômica. 4. Antirracismo. I. Geledés Instituto da Mulher Negra. II. Título.

CDD 305.896

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade: Racismo ambiental: Desenvolvimento ambiental 305.896

Lucineia Pereira Ribeiro – Bibliotecária – CRB-8/10400

ISBN: 978-85-62750-53-3



realização





SUMÁRIO

09 **INTRODUÇÃO**

11 **APRESENTAÇÃO**

15 **PARTICIPANTES DO EVENTO**

17 **ÍTEGRA DAS FALAS**

INTRODUÇÃO

Esta publicação dá continuidade à série iniciada com *Brasil e Durban – 20 anos depois*, lançada em 2021 pelo Centro de Documentação e Memória Institucional do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Desde então, construímos, em cada volume, um elo entre a memória de nossas lutas e a urgência de ações que enfrentem o racismo sistêmico que sustenta as desigualdades em nosso país e no mundo. Este é o sexto volume da coleção e resulta do evento promovido por Geledés em setembro de 2023, durante a Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em Nova York. Naquele momento, afirmamos com clareza o que a história e a realidade nos ensinam: não há desenvolvimento sustentável possível enquanto o racismo continuar sendo o pilar invisível – e aceito – das decisões globais.

Ao longo desses dois anos desde o evento, não nos calamos. Pelo contrário: nossa presença nas instâncias internacionais se ampliou, nossas propostas se consolidaram, e conseguimos avançar com firmeza na articulação política para o reconhecimento de um Stakeholder Group de Afrodescendentes no âmbito da ONU – uma conquista estratégica que ainda exige vigilância e continuidade. O que está em jogo é mais do que representação: é a ruptura com uma ordem que historicamente tem marginalizado os corpos negros, suas vozes, suas epistemologias e seus territórios. Enfrentar o racismo no contexto dos ODS não é uma demanda setorial: é um imperativo ético, político e civilizatório.

O que este volume revela, com a contundência que a conjuntura exige, é que a linguagem das boas intenções não basta. São necessárias medidas estruturais, financiamento robusto, mecanismos de monitoramento vinculantes e, sobretudo, coragem para deslocar o centro das decisões para os que historicamente estiveram à margem. A resistência das elites globais em tratar o racismo como uma questão transversal à Agenda 2030 denuncia o pacto tácito que naturaliza a exclusão. No evento promovido por Geledés, representantes da ONU, do governo brasileiro, da sociedade civil global e de comunidades tradicionais convergiram em torno de um diagnóstico uníssono: o racismo é um obstáculo sistêmico à sustentabilidade. As falas ampliaram a dimensão do problema e reforçaram que a justiça racial deve ser alicerce – e não apêndice – das políticas internacionais. Ainda assim, foi a voz de Letícia

Leobet, como moderadora e estrategista política, que costurou com precisão o fio condutor entre denúncia e proposição, colocando as mulheres negras no centro da transformação global.

Letícia apresentou, com firmeza e rigor, propostas que transformam este volume em um manifesto de ação. Destacou a urgência da coleta de dados desagregados por raça e etnia como base de qualquer política pública séria; defendeu o empoderamento econômico das mulheres afrodescendentes por meio de financiamento direto e fortalecimento de tecnologias sociais; reiterou a importância da educação antirracista e da representatividade em espaços de poder. Sua fala, ancorada na experiência de quem atua diariamente nos bastidores e nas frentes mais visíveis do sistema internacional, reatualiza a tradição do pensamento negro feminino: radical na crítica, potente na construção.

Que este documento ecoe como denúncia, mas também como anúncio: há um levante negro em curso, e ele é inegociável.

Sueli Carneiro

Coordenadora Executiva

Centro de Documentação e Memória Institucional

Geledés – Instituto da Mulher Negra

APRESENTAÇÃO

As populações e comunidades afrodescendentes ao redor do mundo estão muito distantes de alcançar um mundo desenvolvido e sustentável. Considerando essa realidade histórica e estrutural de exclusão racial, Geledés – Instituto da Mulher Negra promoveu, em 18 de setembro de 2023, em Nova York, por ocasião da Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o evento “Não há desenvolvimento sustentável sem enfrentar o racismo”, com o intuito de acelerar o cumprimento da Agenda 2030 dentro da perspectiva racial e de gênero.

Para Geledés, é imprescindível e urgente que os Estados membros da ONU assumam o compromisso de desenvolvimento sustentável com a população afrodescendente – aproximadamente 250 milhões de pessoas que tiveram suas vidas atravessadas pelo tráfico transatlântico e mediterrâneo e que sofrem os impactos da crise climática, do racismo ambiental e de outras formas de violação de direitos.

Neste sentido, o racismo tem sido instrumentalizado como prática de poder e ideologia que oprime, marginaliza e estrutura desigualmente as populações negras. Portanto, não há desenvolvimento sustentável se não houver um enfrentamento global ao racismo.

O encontro contou com a participação de representantes do alto escalão de governos, organizações da sociedade civil, especialistas e executores da agenda em nível global. Participaram dele Anielle Franco, ministra do Ministério da Igualdade Racia; Rosario Díaz Gavarito, representante do NGO Major Group; Hawa Diallo, representante do Departamento de Informação Pública da ONU; Maria Gabriela Feitosa, representante do Major Group Juventudes e Carl Murrell, representante da Comunidade Bahá'í dos Estados Unidos da América junto às Nações Unidas. A mediação foi realizada pela assessora internacional de Geledés, Leticia Leobet.

Em sua intervenção ao abrir os trabalhos, Letícia Leobet fez um contundente chamado à revisão das estratégias atuais em torno da Agenda 2030, ressaltando que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) só serão plenamente alcançados se as desigualdades raciais e de gênero forem enfrentadas de forma estrutural. Destacando que estamos na metade do caminho para 2030, ela alertou que os desafios não são neutros: eles têm cor, gênero e história. Segundo ela, as populações afrodescendentes, em especial, seguem excluídas dos benefícios prometidos pelo desenvolvimento sustentável, e essa exclusão é agravada por crises ambientais, racismo sistêmico e um modelo econômico que aprofunda desigualdades.

Letícia ressaltou que os compromissos firmados na Declaração e no Programa de Ação de Durban, bem como os marcos da Década Internacional dos Afrodescendentes, oferecem caminhos concretos para reverter esse cenário, mas permanecem subutilizados. Apontou a omissão dos Estados em alocar recursos adequados e promover políticas públicas voltadas à equidade racial, especialmente no enfrentamento ao racismo ambiental. Também criticou o papel do setor privado na reprodução de desigualdades e propôs sua mobilização em torno de práticas inclusivas. Por outro lado, destacou a potência da sociedade civil e defendeu a ampliação da solidariedade entre movimentos para uma ação coletiva mais eficaz.

Como resposta propositiva, Letícia apresentou uma série de recomendações alinhadas ao ODS 5, centrado na igualdade de gênero, com foco específico nas mulheres afrodescendentes. Ela defendeu a coleta de dados desagregados por raça e etnia, a adoção de políticas afirmativas, o empoderamento econômico, a educação antirracista, a promoção da representatividade e a valorização de tecnologias sociais produzidas por mulheres negras. Para Letícia, enfrentar o racismo é condição incontornável para alcançar a igualdade de gênero e, por consequência, os demais objetivos da Agenda 2030. A formação de um Stakeholder Group de afrodescendentes foi proposta como um novo mecanismo para assegurar que suas vozes sejam integradas de forma efetiva às políticas globais de desenvolvimento.

A ministra Anielle, que não esteve presencialmente no evento, enviou um vídeo de sua fala. Nele, a ministra diz que “a construção de um mundo sustentável está intrinsecamente ligada à promoção da justiça racial”. E segue: “A sustentabilidade não pode ser plena se não enfrentar as desigualdades estruturais que afetam de forma desproporcional as populações negras, quilombolas, ciganas e tradicionais de matriz africana. Por isso, o MIR tem atuado cada vez mais com a perspectiva de que políticas antirracistas sejam parte fundamental das soluções sustentáveis para o planeta.”

Segundo a ministra, avançar nessas políticas “significa reconhecer os saberes ancestrais, os modos de vida e os territórios dessas populações como fundamentais para a preservação ambiental, a segurança alimentar e o enfrentamento à emergência climática.”

O papel do Brasil em fóruns internacionais e a importância de transformar compromissos globais em ações concretas também foi manifestado por Anielle Franco na tentativa de se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a igualdade racial “no eixo transversal de todas as políticas”. “O Ministério da Igualdade Racial continuará atuando para que a equidade racial seja reconhecida como condição essencial para a justiça climática, a proteção da biodiversidade, a inclusão econômica e o pleno exercício da cidadania no Brasil e no mundo”, concluiu.

Dando sequência ao evento, Hawa Diallo apresentou no cerne de suas ideias, o entendimento sobre as pessoas que mais sofrem os impactos da crise climática, que, em sua percepção, são as populações negras, indígenas, mulheres e crianças. “Acredito que precisamos fazer um trabalho duro para garantir que iremos balancear essa implementação da incidência dos ODSs e a abordagem do racismo. E precisamos fazer isso de forma coletiva”, afirmou ela, reforçando a centralidade do tema.

Hawa fez a provocação sobre a necessidade das instituições, inclusive a ONU, de avançar na discussão com medidas práticas. “A parte da discussão que me interessa é realmente ouvir sobre a realidade das pessoas, o que elas têm a dizer. Porque trabalhamos todos os dias, escrevemos todos esses relatórios, e fazemos todas essas reuniões. Será que estamos realmente pensando em como essas diferentes áreas se conectam?”. E seguiu nesse tom: “nós, das Nações Unidas, dos governos, da sociedade civil, colocamos em prática nossas políticas, ao tomarmos consciência na abordagem desses assuntos?”, indagou ela.

Rosario Garavito, representante do NGO Major Group – grupo da sociedade civil global que representa as organizações não-governamentais juntos à ONU, aprofundou criticamente a discussão sobre os espaços a serem ocupados por essas populações. “Uma das coisas importantes no processo de implementação da Agenda 2030, muito mais para os grupos que são marginalizados por sua etnicidade, por sua condição racial, por sua cor, é poder encontrar espaços através dos quais há uma voz no processo formal de monitoramento dos resultados do desenvolvimento sustentável”. Segundo ela, o NGO Major Group é um desses espaços, em que Rosario destaca a função de mecanismo de inclusão. “O nosso papel é tentar fazer com que diferentes organizações, sejam elas grandes ou pequenas, possam participar”, afirmou.

A representante do NGO Major Group também sublinhou as dificuldades da sociedade civil em adentrar esses organismos das Nações Unidas. “O processo de implementação e monitoramento nesses espaços da ONU é muito complexo. Estamos assistindo à uma situação em que estão sendo fechados os espaços de participação. Cada vez mais temos menos espaços e, portanto, temos que buscar as pessoas, os grupos que sempre estão ficando para trás e que precisam estar presentes.”

Outro ponto importante levantado por Rosario se refere à linguagem da documentação dos fóruns resolutivos. “É preciso também que os governos possam incluir uma linguagem significativa nas resoluções, nas declarações e nos processos. Uma palavra pode mudar muito, pode abrir uma grande porta para muitas coisas”, sublinhou.

Em relação à fala de Rosario, a mediadora do debate, Letícia Leobet, destacou que o racismo é um fenômeno global e estruturante. “É uma questão que precisa ser assumida por todas as pessoas, por todas as partes interessadas.

Um outro ponto que dá a resposta a essa questão do racismo de ser um problema global é a importância de que a gente construa, enquanto sociedade civil, uma solidariedade muito mais ampla do que a que está posta, porque, muitas vezes, nós, enquanto organizações negras, nos sentimos muito solitárias nesse processo de enfrentamento ao racismo”, afirmou ela, reforçando a centralidade do tema.

Já Maria Gabriela Feitosa, representante do Major Group Juventudes, frisou que sua pauta está alicerçada na inclusão das infâncias, adolescências e juventudes nos processos de acompanhamento

e monitoramento da Agenda 2030, em particular, as conferências para a revisão dos ODS 6, 7, 9, 11 e 17.

A representante do Major Group Juventudes pontuou que todo esse processo envolveu mais de 500 infâncias, adolescências e juventudes da região da América Latina e Caribe, com idades entre 7 e 35 anos, de mais de 20 países da região, incluindo o Brasil: “Os grupos que participaram foram pessoas como LGBTQIA+, afrodescendentes, indígenas, jovens rurais e urbanos e pessoas com HIV”, explicou ela, reforçando a historicidade da luta.

No encerramento de sua intervenção, Maria Gabriela destacou ainda as recomendações da participação das juventudes nas mesas de negociação do desenvolvimento sustentável, sobretudo no debate energético.

Carl Murrell focou sua fala no desmantelamento da injustiça racial. “O clima e a injustiça racial causaram muitos problemas sociais no mundo, como a perpetuação da pobreza, minando a saúde pública e aumentando a insegurança alimentar. Esses problemas acontecem em um tempo em que a prosperidade material é a inconsistência”, disse ele.

E seguiu discursando sobre os mecanismos disponíveis para esse desmantelamento. “Corrigir os problemas a longo prazo, partindo da injustiça, demandará um novo foco em relação ao conceito fundamental da justiça em si mesma. Em um sentido mais amplo, é necessário reconhecer que os mecanismos da sociedade, dos indivíduos, das comunidades e instituições possuem espaço para se avançar no estabelecimento da justiça racial e climática. Como indivíduos, a justiça irá demandar que desviemos o nosso interesse para aprimorar o bem-estar de todos e vermos o mundo com a lente dela”, disse ele.

Murrell finalizou reiterando o imperativo ético e político de transformação sobre a necessidade de haver uma interconexão e cooperação entre as sociedades para que haja justiça racial. “A prática da verdadeira justiça pode servir como um bloco de construção de uma sociedade confiável e interconectada. Para superar esses desafios, a mudança é necessária em múltiplos níveis. Primeiro, as relações que unem os atores sociais devem ser caracterizadas por confiança, apoio mútuo e cooperação.

Coletivamente, a sociedade deve reconhecer a dignidade essencial e a potencialidade latente de todos os atores. Além disso, devem haver mudanças estruturais em nível de legislação e política que procurem proteger e empoderar as gerações atuais e futuras”, concluiu ele.

PARTICIPANTES DO EVENTO “NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SEM ENFRENTAR O RACISMO”:

Anielle Franco

Anielle Francisco da Silva, mais conhecida como Anielle Franco, é ministra da Igualdade Racial. Ativista do movimento negro e feminista, ela é professora, jornalista e filiada ao Partido dos Trabalhadores. É fundadora do Instituto Marielle Franco.

Hawa Diallo

Atua como Chefe de Unidade e Oficial de Informação Pública na Seção de Relações com ONGs e Advocacy do Departamento de Informação Pública, onde coordena as atividades de parceria das Nações Unidas e ONGs. Ela é bacharel pelo Rosemont College, na Pensilvânia, e mestre em Artes pela Long Island University, em Nova York.

Rosario Diaz Gavarito

É representante do NGO Major Group da ONU para a América Latina e Ponto Focal do Major Group da ONU para Crianças e Jovens para o Caucus Regional América Latina e Caribe. É fundadora e diretora executiva do The Millennials Movement, uma organização sem fins lucrativos liderada por jovens.

Maria Gabriela Feitosa

É representante do Major Group Juventudes. É graduada em arquitetura e urbanismo pela FAU-USP e membro do Laboratório de Estudos sobre Relações Étnico-Raciais e o Espaço Urbano.



Carl Murrell

É representante da Comunidade Bahá'í dos Estados Unidos da América junto às Nações Unidas.

Letícia Leobet

É assessora internacional de Geledés, responsável pelas agendas sobre desenvolvimento sustentável, clima, racismo ambiental.

Todos os cargos acima correspondem à época do evento

COM O PROPÓSITO DE ACELERAR O CUMPRIMENTO DA AGENDA 2030 DENTRO DA PERSPECTIVA RACIAL E DE GÊNERO, GELEDÉS PROMOVEU O EVENTO “NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SEM ENFRENTAR O RACISMO”, EM SETEMBRO DE 2023.

”

VEJA ABAIXO A ÍNTEGRA DAS FALAS DE TODOS OS PARTICIPANTES.

LETICIA LEOBET

Prezadas e prezados representantes, autoridades, especialistas, parceiras e parceiros comprometidos com a construção de um mundo mais justo e sustentável, agradecemos a presença de vocês.

Hoje, nos encontramos exatamente no meio do caminho da Agenda 2030, um plano ambicioso que visa promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. No entanto, como reconhecemos por meio de dados e diagnósticos, muitos desafios impedem o alcance desses objetivos, e esses desafios não são neutros. Eles têm rostos, cores e histórias, refletindo a profunda desigualdade racial e de gênero que persiste em nossas sociedades.

É incontestável que as comunidades afrodescendentes, que representam uma parte significativa da população global, estão cada vez mais distantes de alcançar um mundo verdadeiramente desenvolvido e sustentável. Isso já vem sendo denunciado sistematicamente desde a Declaração de Durban, que reconhece o racismo como uma prática de poder e ideologia que oprime e marginaliza, representando uma barreira intransponível para o progresso dessas populações ao redor do mundo. As crises climáticas, o racismo ambiental e outras consequências das desigualdades étnico-raciais e de gênero ilustram o fracasso em abordar o racismo sistêmico e enfrentar a hegemonia colonial que perpetuam essas desigualdades.

Precisamos entender que não podemos alcançar um mundo de justiça social, climática, democracia e equidade plena sem assumir o compromisso de desenvolvimento sustentável para cerca de 250 milhões de pessoas, descendentes de africanos escravizados, cujas vidas foram marcadas pelo tráfico transatlântico e mediterrâneo.

Nesse sentido, nos reunimos por meio da iniciativa e compromisso de Geledés-Instituto da Mulher Negra para pactuar uma cooperação entre todas as partes envolvidas na consecução desta agenda. No entanto, é também imperativo que cada uma das partes reavalie sua atuação e intensifique seus esforços, priorizando a equidade como princípio norteador.

Observamos até o momento que os esforços dos Estados para alinhar suas políticas e ações aos ODS têm sido insuficientes no que diz respeito à diversidade racial e suas especificidades. Além disso, o enfrentamento do racismo ambiental não tem sido uma prioridade em muitos planos nacionais, embora já tenha sido diagnosticado. A alocação de recursos para combater as desigualdades dentro do escopo dos ODS tem sido negligenciada, e a falta de mapeamentos e avaliações específicas torna difícil identificar as lacunas reais e superá-las. Isso nos deixa com uma sensação de ineficácia do Estado em fornecer respostas adequadas aos desafios de desenvolvimento sustentável das populações afrodescendentes em todo o mundo.

No que diz respeito ao setor privado, percebemos uma intensificação do modelo de economia política neoliberal, que, infelizmente, tem contribuído para ampliar as desigualdades e fortalecer o racismo sistêmico. O descaso no enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero resulta em uma gentrificação verde, onde o desenvolvimento sustentável parece ser acessível apenas a um grupo historicamente favorecido.

No entanto, acreditamos que o setor privado pode desempenhar um papel construtivo ao adotar políticas mais inclusivas e comprometidas com a justiça social, racial e de gênero.

No contexto da sociedade civil, é crucial que ampliemos a solidariedade entre os movimentos e organizações. A luta contra o racismo, embora tenha um impacto negativo em toda a sociedade, muitas vezes é travada de maneira isolada ou com poucos aliados. Devemos unir nossos esforços, compartilhar conhecimentos e colaborar de forma mais abrangente para enfrentar esses desafios complexos.

Em resumo, o reconhecimento dos obstáculos que enfrentamos na busca pelos ODS nos exige uma cooperação mais sólida, uma reavaliação de nossos esforços e um compromisso renovado com a equidade.

Nesse contexto, para cumprirmos eficazmente nosso compromisso de tornar a Agenda 2030 verdadeiramente inclusiva e efetiva, é imperativo que possamos efetivar as recomendações e mecanismos já existentes, como a Declaração e o Programa de Ação de Durban, que reconhece que as populações racialmente discriminadas são as que enfrentam desigualdades e impactos ambientais desproporcionais, destacando a interconexão entre discriminação racial, degradação ambiental, pobreza e deslocamento forçado. Assim como a Década Afrodescendente apresenta recomendações sobre a importância da visibilidade e reconhecimento da população afrodescendente, estimula a mobilização para o enfrentamento ao racismo, o empoderamento econômico e social, a coleta de dados e monitoramento, a promoção da educação e cultura afrodescendente e o respeito aos direitos humanos

de todas as pessoas.

Paralelamente, devemos avançar na criação e efetivação de novos mecanismos, como a formação de um Stakeholder Group de afrodescendentes, para garantir que nossas demandas e perspectivas sejam integralmente incorporadas às discussões abrangentes sobre a Agenda 2030, entre outras iniciativas que podem ser discutidas posteriormente. Essa abordagem multifacetada fortalecerá nossa capacidade de promover a equidade e a justiça em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Além disso, devemos assumir a responsabilidade de examinar minuciosamente todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e como eles afetam diversas comunidades de maneira distinta. Somente por meio de ações direcionadas e do comprometimento de todas as partes interessadas poderemos assegurar que a Agenda 2030 seja verdadeiramente inclusiva e eficaz.

Nesse sentido, a estruturação desta mesa foi cuidadosamente planejada como uma estratégia para aprofundar nossa compreensão dos ODS, considerando as particularidades das comunidades afrodescendentes em todas as suas metas.

Nesse contexto, ao examinarmos especificamente o ODS 5, ao qual nós, do Geledés, estamos politicamente alinhadas e comprometidas na luta contra o racismo e o sexismo, assumimos a responsabilidade de fazer as seguintes recomendações:

Para promover a igualdade de oportunidades para todas as mulheres, é imperativo o reconhecimento de suas especificidades, independentemente de raça ou origem étnica. Essa abordagem deve começar pela valorização das diferenças, permitindo assim a criação de programas de capacitação, educação e empoderamento que atendam às necessidades específicas das mulheres afrodescendentes, estabelecendo um diálogo com as suas realidades singulares.

Além disso, é crucial assegurar que políticas e práticas destinadas à conquista da igualdade de gênero incorporem a dimensão da diversidade racial e étnica, reconhecendo as barreiras adicionais enfrentadas pelas mulheres afrodescendentes. Ao dismantelar sistemas racistas e promover a inclusão racial, estabelecemos um alicerce sólido para a consecução da igualdade de gênero, permitindo que todas as mulheres prosperem em sociedades mais justas e igualitárias.

Enfrentar o racismo e promover a igualdade de gênero são objetivos interligados, sendo impossível atingir um sem abordar adequadamente o outro. Nesse contexto, enfatizamos que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 concentra-se na igualdade de gênero e no empoderamento de todas as mulheres e meninas, ressaltando a necessidade de uma abordagem interseccional para alcançar progressos significativos em ambas as áreas.

Nesse sentido, recomenda-se:

Coleta de Dados Desagregados por Raça e Etnia: Priorizar a coleta de dados desagregados por raça e etnia em todos os indicadores relacionados à ODS 5.

Isso permitirá uma análise mais precisa das disparidades raciais no acesso a oportunidades, serviços de saúde reprodutiva, educação e participação política, entre outros indicadores que dialogam com as demais ODS.

Políticas de Inclusão e Equidade Racial: governos e instituições devem implementar políticas específicas que visem à inclusão e equidade racial, com ações afirmativas para mulheres afrodescendentes em áreas como educação, emprego, saúde e liderança política.

Empoderamento Econômico das Mulheres Afrodescendentes: estabelecer programas e iniciativas que promovam o empoderamento econômico das mulheres afrodescendentes, incluindo acesso a financiamento para empreendedorismo, capacitação profissional e igualdade salarial.

Educação Antirracista: introduzir educação antirracista nos currículos escolares, destacando a história, cultura e contribuições das populações afrodescendentes. Isso contribuirá para a conscientização e a desconstrução de estereótipos racistas e sexistas enquanto aspecto cultural.

Promoção da Representatividade: garantir a representatividade das mulheres negras em posições de liderança política e empresarial, bem como em órgãos de tomada de decisão relacionados à ODS 5. Isso fortalecerá a voz das mulheres afrodescendentes na formulação de políticas que as afetam diretamente.

Valorização e reconhecimento de Tecnologias sociais: reconhecer, valorizar e fortalecer as tecnologias sociais criadas pelas mulheres afrodescendentes. Essas tecnologias frequentemente são respostas a contextos adversos e são culturalmente sensíveis, capazes de apresentar soluções às reais necessidades das mulheres afrodescendentes frente ao desenvolvimento sustentável.

Essas são algumas recomendações fundamentais para abordar o racismo sistêmico e promover a igualdade racial como parte integrante da ODS 5, garantindo que ninguém seja deixado para trás na busca pela igualdade e pelo desenvolvimento sustentável. Essas soluções buscam integrar a luta contra o racismo global reconhecendo que as desigualdades raciais e de gênero estão interconectadas. A implementação dessas medidas pode contribuir significativamente para avançar na Agenda 2030 e obter resultados mais expressivos.

ANIELLE FRANCO



O Ministério da Igualdade Racial compreende que a construção de um mundo sustentável está intrinsecamente ligada à promoção da justiça racial. A sustentabilidade não pode ser plena se não enfrentar as desigualdades estruturais que afetam de forma desproporcional, sem dúvida nenhuma, as populações negras, quilombolas, ciganas e tradicionais de matriz africana. Por isso, o MIR tem atuado cada vez mais com a perspectiva de que políticas antirracistas sejam parte fundamental, sim, das soluções sustentáveis para o planeta.

Então, avançar nessas políticas antirracistas significa reconhecer os saberes ancestrais, os modos de vida e os territórios dessas populações como fundamentais para a preservação ambiental, a segurança alimentar e o enfrentamento à emergência climática.

Nesse governo, o Brasil tem atuado de forma ativa para transformar os compromissos internacionais em políticas públicas concretas. Portanto, o Ministério da Igualdade Racial tem representado o país em fóruns estratégicos da ONU, como a Assembleia Geral, a Comissão de Estatística e em encontros também temáticos sobre o Clima, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos, obviamente.

Um exemplo emblemático disso foi a apresentação do ODS-18 Igualdade Étnico-Racial, uma proposta brasileira para ampliar a Agenda 2030 e assegurar que o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial sejam prioridades globais.

Para que a agenda racial esteja no centro das decisões globais, é necessário que os organismos internacionais, os governos e a sociedade civil reconheçam o racismo como uma estrutura global que compromete o desenvolvimento sustentável, a democracia e os Direitos Humanos.

O Brasil tem defendido que não é possível alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se a igualdade racial não estiver no eixo transversal de todas as políticas. Portanto, isso envolve investir em dados cada vez mais desagregados por raça e cor, promover o protagonismo de pessoas negras nos espaços de decisão, garantindo também financiamento para iniciativas lideradas por comunidades negras tradicionais e fortalecendo os mecanismos internacionais de monitoramento e responsabilização.

O Ministério da Igualdade Racial continuará atuando para que a equidade racial seja reconhecida como condição essencial para a justiça climática, a proteção da biodiversidade, a inclusão econômica e o plano de exercício também da cidadania do Brasil e do mundo.



HAWA DIALLO

Sou de Serra Leoa e sou negra, com orgulho. Sou africana e, na maioria das vezes, visto minhas roupas africanas e pareço uma rainha africana. Mas há percepções que acontecem antes mesmo de eu abrir a boca, por causa desse meu jeito ou do tom de minha pele. Então, para mim, para nós, é importante como as pessoas da ONU fazem o seu trabalho.

Não sei se alguém pode se colocar no lugar dessas pessoas, de uma mulher negra ou de uma latina, ou de uma mulher latina que tem uma certa orientação sexual. Porque o que precisamos entender é quem são essas pessoas que dizemos que estamos servindo, as beneficiárias. E isso precisa ser integrado em como nós estamos implementando os ODSs.

Quando eu penso em coisas como a pandemia, a Covid -19, posso dizer que a ONU fez um ótimo trabalho em relação à esta área. Mas quando se ouve certas coisas como o acesso à vacinação e a dificuldade que tiveram os países do Sul global em relação a isso (à vacinação), ou quem ganhou com isso e de que forma, ou ainda quando se pensa no impacto do clima e na justiça climática, evidentemente, são as mulheres e as crianças as mais afetadas, e de uma certa forma, são as populações negras e as indígenas as que mais sofrem o impacto do clima.

Portanto, nós, das Nações Unidas, dos governos, da sociedade civil, colocamos em prática nossas políticas, ao tomarmos consciência na abordagem desses assuntos? Acredito que precisamos fazer um trabalho duro para garantir que iremos balancear essa implementação da incidência dos ODSs e a abordagem do racismo. E precisamos fazer isso de forma coletiva.

Nenhuma ONG ou governo, ou indivíduo, pode fazer isso, mas é certamente algo que precisamos colocar em prática também. A parte da discussão que me interessa é realmente ouvir sobre a realidade das pessoas, o que elas têm a dizer. Porque trabalhamos todos os dias, escrevemos todos esses relatórios, e fazemos todas essas reuniões. Será que estamos realmente pensando em como essas diferentes áreas se conectam? O que estamos fazendo em nosso trabalho para abordar o racismo?

Portanto, quando escrevemos esse lindo relatório sobre o ODS 11, o ODS 1, temos que ter em nossas mentes como essas diversas pessoas estão sendo impactadas de diferentes maneiras. E que tipo de atividades, de políticas, de incidências estamos incluindo nesse documento de maneira a abordar a verdadeira maneira que pessoas negras, pessoas não-brancas, indígenas estão sendo impactadas pelo trabalho que realizamos? Muito obrigada por ter este tópico poderoso, e realmente estou ansiosa para realmente discutir mais com todos, para ver como podemos elaborar juntos, porque o tempo é o agora. Se não fizermos agora, não sei quando irá acontecer.

LETÍCIA LEOBET

Gostaria de agradecer pela sua fala e dizer que nós estamos completamente alinhadas, porque a sua exposição traz muito uma relação direta com o que objetivamos a partir desta mesa, que é romper com a invisibilização acerca das especificidades das comunidades afrodescendentes ao redor do mundo.



”

Esse é um momento oportuno, justamente por estarmos num processo de revisão da Agenda 2030, para que possamos, a partir desse meio do caminho, tomar novas medidas, medidas inovadoras, que ainda não foram tomadas, para que consigamos alcançar os objetivos até 2030. E um deles, como nós estamos afirmando aqui, é o reconhecimento das questões específicas vivenciadas pelas comunidades afrodescendentes ao redor do mundo. Muito obrigada pelas suas contribuições.



ROSARIO GARAVITO

Uma das coisas que é importante no processo de implementação da Agenda 2030, muito mais para os grupos que são marginalizados por sua etnicidade, por sua condição racial, por sua cor, é poder encontrar espaços através dos quais há uma voz no processo formal de monitoramento dos resultados do desenvolvimento sustentável. E o NGO Major Group é um desses caminhos que nos dá a oportunidade de acessar as pessoas de diferentes condições para que participem ativamente, sem a necessidade de que essas organizações tenham status consultivo na ONU.

O Major Group faz parte de um mecanismo muito maior, que é o mecanismo dos Major Groups e outros Stakeholders, e o nosso papel é tentar fazer com que diferentes organizações, sejam elas grandes ou pequenas, possam participar. Por exemplo, tivemos a Conferência da Água em março, e uma das coisas que fizemos foi facilitar que pessoas de diferentes partes do mundo pudessem ter voz em nossos espaços. Eu me lembro muito de um senhor da África, que trabalha nos territórios, trabalha pela água, que pôde vir aqui e apresentar aos ministros dessa área quais são as suas preocupações.

Definitivamente, o processo de implementação e monitoramento nesses espaços da ONU é muito complexo. Estamos assistindo à uma situação em que estão sendo fechados os espaços de participação. Cada vez mais temos menos espaços e, portanto, temos que buscar as pessoas, os grupos que sempre estão ficando para trás e que precisam estar presentes.

Portanto, dentro desse trabalho que fazemos, sempre tentamos dar essa oportunidade. Cremos ser importante, neste momento em que estamos fazendo gestões em torno da Agenda 2030, ter pessoas e organizações que sejam parceiras neste processo. Precisamos de governos que sejam parceiros do processo. Precisamos que os diferentes atores, pessoas das Nações Unidas, da sociedade civil, indivíduos, todos, enfim, se apresentem com sua capacidade.

Especificamente sobre o tema da discriminação racial, que é muito complexo, vemos que nas Nações Unidas, não somente nos processos globais e políticas globais, algumas vezes, não têm esse enfoque de inclusão. Somado a isso, vemos também que as pessoas, ainda nesses espaços, experienciam a discriminação racial.

A nossa etnicidade, algumas vezes, nos limita em sermos vistos e reconhecidos como pessoas que podem trazer recomendações concretas, boas para esses espaços. E isso é ainda pior para as mulheres. Portanto, acreditamos que, nesses diferentes espaços, em que há diversidade de povos, as Nações

Unidas e que estamos tentando falar sobre mudança climática, direitos humanos, devemos tentar falar também sobre como eliminar a discriminação, porque, não poderemos avançar na Agenda 2030 se ainda vivenciarmos a discriminação.

Como a Hawa falava na abertura da sessão, isso também afeta diferentes grupos. Ela falava sobre as pessoas latinas, mas também vemos como em nossos países respiramos a discriminação, no dia a dia.

Portanto seja aqui, ou em nossos países, nos diferentes espaços, precisamos incorporar essas diferentes demandas, recomendações, nesses espaços como uma forte voz que interrompa a discriminação. É preciso também que os governos possam incluir uma linguagem significativa nas resoluções, nas declarações e nos processos. Uma palavra pode mudar muito, pode abrir uma grande porta para muitas coisas.

Adicionalmente, estamos neste momento com uma agenda do futuro, pois temos a Cúpula do Futuro no próximo ano. Essa é uma conversa muito política e sabemos que alguns Estados estão tentando driblar essa agenda e deixá-la para trás. Mas outros estão tentando articular os processos. Nesses momentos, é quando precisamos de articulação e parcerias, para que quando tivermos os processos da Cúpula do Futuro, pessoas de diferentes grupos possam estar incluídas.

Uma oportunidade que acredito ser muito importante é o Fórum Permanente das Pessoas Afrodescendentes. Pode ser um caminho muito estratégico para tentar demandar, em um espaço formal de participação, a revisão da Agenda 2030.

Porque há um espaço agora de institucionalidade dentro dos processos, dentro das estruturas das Nações Unidas, para os povos indígenas, para as mulheres, as crianças e os jovens, e outros grupos como mecanismos. Mas não há também um Major Group (para os afrodescendentes), porque os Major Groups foram definidos nove anos atrás.

Portanto, cremos que o processo precisa iniciar e que, a partir de agora, precisamos conectar diferentes grupos, pessoas, governos, todos os parceiros que se mobilizam para essa participação formal. Como um grupo de ONGs, podemos ser uma plataforma nesse momento de transição, para que os diferentes grupos tenham voz.

Para nós também é muito importante que nossos grupos tenham a maior diversidade possível, porque não podem as pessoas que estão sempre nas mesas de negociações, falarem por toda a sociedade civil, que é muito diversa e tem diferentes desafios, especialmente os grupos que são marginalizados. São essas as pessoas que precisam desses espaços.

Estamos muito contentes de estar aqui com vocês, porque acho que quando comecei a minha participação no NGO Major Group, não tínhamos uma coordenação para a América Latina. Lembro-me de dizer em uma dessas reuniões globais: “se minha mãe não entende o que estamos falando, então isso não tem sentido”. E com outro grupo de pessoas, decidimos e tentamos fazer todos os processos, parcerias possíveis e negociações para que tivéssemos uma coordenação para a América Latina.

Se isso foi possível para a América Latina, por que não para um grupo tão grande como os afrodescendentes? Convido vocês a iniciar o processo, para que nos vejam como seus parceiros, porque não podemos pensar de maneira diferente, não podemos pensar em um processo de desenvolvimento sustentável, de paz, de segurança, de igualdade, se ainda, até agora, seguimos discriminando os grupos que nunca estiveram em posição de poder.



LETÍCIA LEOBET

Em relação às suas contribuições, elas têm um ponto central que você coloca, que o racismo é uma questão global. E é uma questão que precisa ser assumida por todas as pessoas, por todas as partes interessadas. Um outro ponto que dá a resposta a essa questão de o racismo ser um problema global é a importância de que a gente construa, enquanto sociedade civil, uma solidariedade muito mais ampla do que a que está posta, porque, muitas vezes, nós, enquanto organizações negras, nos sentimos muito solitárias nesse processo de enfrentamento ao racismo.

Então, nós reconhecemos a importância do NGO Major Group, temos muito interesse em construir essa aproximação com vocês e estarmos juntas mesmo nessa defesa de que não existe desenvolvimento sustentável sem o enfrentamento ao racismo, enquanto um compromisso comum de todas as organizações que integram esse importante mecanismo.

Em paralelo a isso, porque sabemos que, muitas vezes, por conta dessa diversidade não é possível se dar a atenção devida, urgente e necessária que nós temos quanto às questões de racismo nesse momento. Também temos o interesse de contar com o apoio de vocês na elaboração de mecanismos específicos para atender as demandas da população afrodescendente.

Portanto, estamos aqui, nesse momento, abrindo esse espaço de discussão sobre enfrentamento ao racismo na Agenda 2030, também com o objetivo de construir um Major Group de Afrodescendentes. Entendemos que é necessário que exista um mecanismo específico para discutir sobre essas questões que são específicas e que estão extremamente historicamente invisibilizadas.



MARIA GABRIELA FEITOSA

Gostaria de iniciar minha intervenção contextualizando a partir de onde chego a esse espaço. Atualmente, componho a equipe técnica do Instituto Pólis, que é uma organização brasileira não governamental que trabalha em defesa ao direito à cidade, para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas. E um dos pilares da instituição é o trabalho em rede.

Uma das iniciativas da qual participamos é a Plataforma Global pelo Direito à Cidade, pela qual trabalhamos fazendo a incidência aqui nesse final de semana na Cúpula dos ODSs. E também compomos o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Para a Agenda 2030, o qual eu venho representando no grupo de Infâncias, Adolescências e Juventudes, que é um dos 20 grupos representativos que compõem o mecanismo de participação da sociedade civil da América Latina e Caribe para o acompanhamento da Agenda 2030. É o único grupo regional que compõe o maior grupo de crianças e jovens.

Assim, a minha intervenção hoje se pauta, sobretudo, nos processos que esse grupo vem desenvolvendo para promover a inclusão das infâncias, adolescências e juventudes nos processos de acompanhamento e monitoramento da Agenda 2030, visando as conferências deste ano para a revisão dos ODS 6, 7, 9, 11 e 17.

Esse processo do grupo, então, envolveu mais de 500 infâncias, adolescências e juventudes da região da América Latina e Caribe, com idades entre 7 e 35 anos, de mais de 20 países da região, como Argentina, Aruba, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Ilhas Virgens Americanas, Venezuela e outros. E os grupos que participaram desse processo foram pessoas como LGBTQIA +, afrodescendentes, indígenas, jovens rurais e urbanos e pessoas com HIV.

Como recebi também a incumbência de pautar minha fala no ODS 7, vou trazer os resultados e recomendações do grupo, visando esse objetivo de desenvolvimento sustentável. Então, as recomendações, sobretudo sobre a necessidade de reconhecer a energia como um direito humano e fundamental, do qual nenhuma pessoa humana pode ser privada, que as tarifas não possam superar as capacidades de pagamento das pessoas a nível individual, familiar e comunitário, e que a transição energética aconteça de uma maneira justa e inclusiva.

E que aí, importante dizer também que a pobreza energética, a questão da energia, perpassa questões raciais, geracionais, de gênero e culturais. E aí também eu queria aproveitar esse espaço para trazer algumas questões que saíram de um manifesto de juventudes brasileiras, a partir de um encontro que o Polis e o Engajamundo realizaram em São Paulo, em agosto, visando a perspectiva do acesso à energia como um direito humano essencial e inviolável.

Esse manifesto reivindica que o acesso à energia deve perpassar questões de segurança de posse, de terra e de direito à moradia, entendendo que a moradia é uma pré-condição para o acesso a um suplemento energético suficiente, adequado, confiável, eficiente, moderno, seguro, para a satisfação das necessidades fundamentais e básicas humanas.

E para garantir esse acesso, sobretudo a partir dos marcadores de classe, raça e gênero, para que se assegure à população a capacidade de gerar e gerir seus próprios recursos energéticos, sobretudo a partir da perspectiva da geração distribuída.

Queria também destacar que saímos de um final de semana da Action Week, quando discutimos os processos prévios à Cúpula dos ODS, e foi muito importante a participação de pessoas afrodiáspóricas e de África, mas é importante dizer que não podemos parar na questão de representatividade.

Em todo final de semana, pelo menos nas mesas em que pude estar presente e acompanhar, não foram pautadas as questões de discriminação racial, então precisamos ir para além das questões de representatividade.

E para encerrar minha intervenção, eu queria destacar que as recomendações que eu apresentei aqui foram elaboradas a partir de juventudes que não são convidadas a compor as mesas de negociação do desenvolvimento sustentável, sobretudo no debate energético. No entanto, são as que ressoam às realidades dos territórios e das pessoas que têm acesso a direitos e serviços básicos negados para a manutenção de uma vida digna, visto que têm o seu reconhecimento enquanto pessoa humana sistematicamente e historicamente negado.



LETÍCIA LEOBET

Concordamos que exercícios como esse são o que, de fato, potencializam a possibilidade de enfrentamento ao racismo, trazendo atores não hegemônicos para dentro da discussão e a visibilidade dessas tecnologias sociais.



CARL MURRELL

Vou falar aqui sobre um elemento que deve ser levado em conta em nossas considerações. E isso é a justiça. O clima e a injustiça racial causaram muitos problemas sociais no mundo, como a perpetuação da pobreza, minando a saúde pública e aumentando a insegurança alimentar. Esses problemas acontecem em um tempo em que a prosperidade material é a inconsistência.

Além disso, quando se considera que a sociedade possa ser vista como um corpo social interdependente, em que cada indivíduo e grupo deriva seu bem-estar do bem-estar do todo, o tempo para uma mudança substancial acontecerá.

Corrigir os problemas a longo prazo, partindo da injustiça, demandará um novo foco em relação ao conceito fundamental da justiça em si mesma. Em um sentido mais amplo, é necessário reconhecer que os mecanismos da sociedade, dos indivíduos, das comunidades e instituições possuem espaço para se avançar no estabelecimento da justiça racial e climática. Como indivíduos, a justiça irá demandar que desviemos o nosso interesse para aprimorar o bem-estar de todos e vermos o mundo com a lente da justiça.

Na dimensão da comunidade e das instituições da sociedade, a justiça irá requerer um nível de ação que olhe para além do modus operandi da sociedade, que é negociar e fazer concessões, geralmente sua opção menos pobre, ao invés de se engajar em um processo consultivo, baseado em fatos e princípios para se chegar ao melhor resultado possível.

A justiça requer participação universal em criar e se beneficiar da prosperidade compartilhada. Além disso, ela requer coerência entre retórica e ação. Não podemos mais permitir palavras de impacto para tomar o lugar da justiça.

Em vez disso, a prática da verdadeira justiça pode servir como um bloco de construção de uma sociedade confiável e interconectada. Para superar esses desafios, a mudança é necessária em múltiplos níveis. Primeiro, as relações que unem os atores sociais devem ser caracterizadas por confiança, apoio mútuo e cooperação.

Coletivamente, a sociedade deve reconhecer a dignidade essencial e a potencialidade latente de todos os atores, da alma humana. Além disso, devem haver mudanças estruturais em nível de legislação e política que procurem proteger e empoderar as gerações atuais e futuras.

